

REVITALIZAÇÃO E REUTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CONSTRUÍDO E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE. CASO: COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA, NA CIDADE DE BELÉM

***Aline Lopes Gonçalves Porto¹, Gisele Melo Delgado², Pilar Carvalho Guimarães³,
Andrezza Fernandes Damasceno Silva⁴, Mauro Augusto Demarzo⁵***

¹UNICAMP/Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Rua Vitorino Antunes, 50, CEP:13084-135, Bairro: Vila Dona Ninoca, Campinas-SP. alineporto@hotmail.com

²UNICAMP/Faculdade de Engenharia Civi, Arquitetura e Urbanismo. Rua Vitorino Antunes, 50, CEP:13084-135, Bairro: Vila Dona Ninoca, Campinas-SP. gigi.melo@gmail.com.

³UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rua Vitorino Antunes, 50, CEP:13084-135, Bairro: Vila Dona Ninoca, Campinas-SP. pilarcarvalhoguimaraes@gmail.com

⁴ Faculdade Anhanguera. Rua Vitorino Antunes, 50, CEP:13084-135, Bairro: Vila Dona Ninoca, Campinas-SP. andrezzadamasceno@yahoo.com.br

⁵UNICAMP/Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Av. Albert Einstein, 951, CEP 13083-852, Campinas – SP. demarzo@fec.unicamp.br.

Resumo – Será abordada a intervenção realizada no complexo Feliz Lusitânia, na cidade de Belém do Pará, projeto este alvo de muita discussão devido às medidas tomadas no seu processo de revitalização, e é a partir dessas discussões que surgem alguns questionamentos sobre qual a maneira correta de restaurar um bem público, até que ponto o Estado tem poder para tomar decisões que refletirão em um patrimônio de uma população. Em um primeiro instante, serão apresentados alguns conceitos sobre patrimônio histórico e cultural; em um segundo momento será apresentado o complexo Feliz Lusitânia, e as discussões a respeito das repercussões geradas por esse projeto, e por fim a visão que a comunidade tem a respeito deste. Para obtenção dos dados expostos foi utilizada pesquisa bibliográfica, e entrevista com usuários do complexo, esta entrevista foi realizada por alunos da Universidade Federal do Pará.

Palavras-chave: autenticidade, restauração, revitalização.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas.

Introdução

A cidade de Belém foi fundada por portugueses em 1616 (Figura 1), com o objetivo de defesa perante a pretensão de ocupação do território por outras potências europeias. A cidade iniciou-se com a construção de um forte, denominado “forte do presépio”, que era uma estrutura de madeira e cobertura de palha, e foi construído com a ajuda dos índios Tupinambás, habitantes do local (BASTOS, 2006).



Figura 1: Tela de Theodoro Braga que ilustra a chegada dos portugueses em Belém.

O complexo Feliz Lusitânia foi um projeto executado pelo governo do Estado do Pará, com o

intuito de revitalizar este patrimônio cultural e histórico, onde outrora a cidade iniciou-se.

Este artigo tem como objeto de estudo a intervenção realizada nesse complexo. Este projeto foi, e ainda é, alvo de muita discussão devido às medidas tomadas no seu processo de revitalização, e, a partir dessas discussões, surgem alguns questionamentos sobre qual a maneira correta de restaurar um bem público, até que ponto o Estado tem poder para tomar decisões que refletirão em um patrimônio de uma população.

O patrimônio cultural incentiva o turismo, sendo este mais um importante motivo para o poder público investir em medidas protecionistas no intuito de preservar esses bens culturais. Porém, esta responsabilidade nas mãos do poder público não isenta o poder privado de também tomarem atitudes que possam valorizar o patrimônio cultural.

A recomendação de Nairóbi (UNESCO, 1976) diz que a salvaguarda desses bens deveria ser obrigação para os governos e para os cidadãos. Assim, abordar-se-á também a relação da comunidade com a revitalização do patrimônio histórico construído, estabelecendo que

modificações este projeto trouxe na vida desses cidadãos (Revitalização do Complexo Feliz Lusitânia).

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi feita pesquisa bibliográfica referente ao histórico do objeto estudado. Utilizando-se também de periódicos que relatassem o processo de intervenção no Complexo Feliz Lusitânia, e toda a repercussão que este causou.

Fez-se uso dos relatórios elaborados pelo grupo de pesquisa “Cidade, Aldeia e Patrimônio, do Laboratório de Antropologia da UFPA”, estudo realizado em 2004, onde se pode constatar o sentimento da população referente ao projeto de intervenção no Complexo Feliz Lusitânia.

Também foi utilizado como referência a tese de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, de Cybelle Miranda, “*Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do Patrimônio Cultural em Belém*”.

Por fim, como referência para os conceitos referente ao patrimônio histórico, utilizou-se as cartas patrimoniais, e alguns textos e artigos relativos à área.

Resultados

Preservação do patrimônio histórico construído: Com o passar dos séculos, os interesses de preservação foram se alterando, e a conservação, que no início restringia as igrejas, arcos do triunfo, castelos, passou a englobar também edificações privadas e conjuntos edificadas. A partir do século XIX, inaugura-se o conceito de “patrimônio urbano”, ampliando o interesse de preservação para o traçado das cidades, possibilitando salvaguardar uma cultura produzida pelas tradições, hábitos, costumes e atividades econômicas.

O primeiro documento internacional importante sobre o patrimônio histórico foi a “carta de Atenas” (1933), desenvolvida a partir de discussões sobre a arquitetura contemporânea no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Sob o tema da “cidade funcional”, esse congresso foi dominado pela visão dos franceses e de Le Corbusier, onde, o tópico sobre patrimônio histórico foi introduzido por solicitações dos delegados italianos. Nesse documento, o patrimônio aparece como testemunho do passado, devendo ser resgatado por seu valor histórico ou sentimental e por sua virtude plástica. O documento condena o emprego de estilos do passado, sob pretexto estético, em construções novas erguidas em zonas históricas, as quais se tornariam falsificadas, ocasionando descrédito aos

testemunhos autênticos. A polarização entre “falsificação” e “autenticidade” é uma problemática que permeia a trajetória do reconhecimento oficial dos sítios históricos, conforme critérios de inserção na lista do patrimônio mundial da UNESCO.

Outro importante documento é a carta de Veneza (ICOMOS, 1966); esta foi redigida a partir das discussões ocorridas no 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos. Ainda hoje é utilizada como referência nos trabalhos de restauração, por apresentar definições importantes e apontar a metodologia científica na intervenção em monumentos. A restauração deve ser uma intervenção de caráter excepcional. Todo o trabalho de complementação indispensável deve destacar-se da composição arquitetônica e ostentar a marca da sua época, ou seja, qualquer intervenção moderna deve obedecer às normas científicas de restauração que põem em evidência os elementos não-originais. O documento insere a necessidade da restauração ser precedida por estudo arqueológico e histórico do monumento.

Em 1963, Cesare Brandi publica sua tese *Teoria Del Restauro*, onde determina que a restauração deva ser voltada ao restabelecimento da unidade potencial de uma obra de arte, sempre que possível, entretanto sem cometer falsificação histórica, ou apagar vestígios de sua trajetória através do tempo (BRANDI, 2004).

DIAS & AGUIAR (2004) afirmam que o turismo cultural pode ser definido como uma atividade de lazer educacional, que contribui com o acréscimo de consciência do visitante pela apreciação do bem local. TRIGO (2003) enfatiza o valor que o turismo tem como atividade econômica, sendo o setor que mais cresce no mundo; daí a importância em valorizar o que cada cidade tem de riqueza natural, arquitetônica e cultural. Deve-se ressaltar que o turismo não se resume apenas a uma importante atividade econômica, mas também como um resgate histórico em defesa à valorização da cultura local, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

Segundo a Carta de Burra (ICOMOS, 1980): “O termo significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para gerações passadas, presentes ou futuras.” Logo, a revitalização do patrimônio cultural é uma alternativa para a inserção social, onde o sentimento de identidade de uma população é aguçado. Nesse processo, é importante o debate com a comunidade com respeito a que uso esse patrimônio seria destinado.

Discutir bens culturais é pensar na reorganização urbana, em soluções para a cidade. LE GOFF (2003), ao discutir o papel das cidades, aponta para a necessidade da cidade recuperar

sua função pública, com espaços públicos de lazer e convivência, onde o processo de revitalização deve ser benéfico à sociedade, tendo utilidade e sendo agradável tanto para a população local, quanto para os turistas.

O Complexo Feliz Lusitânia: O Complexo Feliz Lusitânia (Figura 2) dividiu-se em etapas. A primeira etapa do projeto compreende a igreja de Santo Alexandre e o Museu de Arte Sacra; na segunda etapa, situam-se o casario da Rua Padre Champagnat, o Museu do Círio, Museu da Imagem e do Som, e o Consulado de Portugal (estes dois últimos não foram implementados); a terceira etapa consta do Forte do Presépio; e a quarta, do Espaço Cultural Casa das Onze Janelas e da Esplanada do Guamá / Recanto das Amazonas. Uma quinta etapa prevê a utilização do casario da Ladeira do Castelo, pertencente à arquidiocese de Belém, para a instalação do Centro de Preservação e Educação Feliz Lusitânia, composto por um núcleo de oficinas sobre patrimônio construído, destacando-se os indicadores da arquitetura luso-brasileira.



Figura 2 - Complexo Feliz Lusitânia.
Fonte: Secretaria da Cultura do Estado do Pará.

O Museu de Arte Sacra funciona no conjunto formado pela Igreja de Santo Alexandre e pelo antigo Palácio Episcopal. A igreja passou por uma grande reforma, estando nela as principais obras do estilo barroco da cidade de Belém. Devido a inúmeras reformas realizadas ao longo do tempo, a Igreja de Santo Alexandre perdeu parte de seu rico acervo, onde alguns destes foram transferidos para outras igrejas. O Museu de Arte Sacra (MAS) possui um acervo de 320 peças sacras, das quais 253 em exposição (VERGOLINO, 2008).

O forte do presépio foi fundado no século XVII, às margens da Baía do Guajará, nele foram construídos uma capela e alguns casebres para abrigar os soldados. Hoje, o prédio é um espaço cultural e um dos principais pontos turísticos da cidade de Belém, permitindo ao visitante o acompanhamento dos processos culturais, sociais e militares que contam a história do forte e seu importante papel para a cidade.

O prédio da Casa das Onze Janelas foi construído no século XVIII, para ser usado como residência de um rico senhor de engenho da região. Posteriormente, a casa passou a funcionar como hospital real, por intervenção do governador do Pará na época. A casa deixou de funcionar como hospital em 1870, embora ainda tenha continuado a funcionar para funções militares, sendo o corpo da guarda e subsistência do governo até o final do século XX. Hoje, o local funciona como um museu, e um restaurante, além de possuir um jardim com esculturas, e um píer, onde acontecem apresentações artísticas. Está localizada na orla da cidade, e lá se encontra atracado um “navio museu”.

Discussão

Conflitos na revitalização do Forte do Presépio: Durante os mandatos do prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2004), filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e dos governadores Almir Gabriel (1995-2002) e Simão Jatene (2003-2006), estes filiados ao PSDB, houve intensa disputa territorial referente às obras públicas como objetos de barganha política, especialmente no que tange obras de grande visibilidade, como recuperação de patrimônios degradados e aberturas de ‘janelas’ na orla de Belém. Dois pontos altos na disputa entre as facções adversárias foram: a derrubada do muro do Forte do Castelo e a colocação dos trilhos do bonde em frente ao Museu de Arte Sacra. A polêmica gerada em torno da derrubada do muro que envolvia o conjunto do Forte do Castelo serve como ponto de partida para uma reflexão acerca dos sentidos que assume a preservação do patrimônio edificado. Vários grupos se pronunciaram sobre o assunto, alguns inclusive entrando em contradição, mostrando o quão complexo é o tema (MIRANDA, 2003).

Os Processos existentes na 2ª CR do IPHAN referentes ao Projeto Forte do Castelo estão organizados em três tomos e sete anexos. O Anexo I consta do ‘Projeto Feliz Lusitânia – Conjunto Urbanístico e Paisagístico do Núcleo Histórico Inaugural de Belém’, elaborado pela SECULT. Na Introdução, o projeto é definido como elemento revitalizador do núcleo histórico da cidade de Belém (SECULT, 2001, Anexo I, p. 4).

Em ofício de 16 de abril de 2001, a então Superintendente Regional do IPHAN, Elizabeth Soares, propõe ao Secretário de Cultura que este órgão efetue parecer sobre o material do projeto Feliz Lusitânia, já citando “a necessidade de reavaliação de alguns itens do citado projeto”. Esclarece ainda que o historiador Adler Homero Fonseca de Castro coordena inventário sobre material de artilhamento do Forte do Castelo, cujos estudos poderiam contribuir para o projeto

de restauração do Forte. Ainda em Memorando nº 068/2001, de 21 de março, a Chefe de Divisão de Gestão de Sítios Urbanos (DEPROT), Maria Cristina Figueiredo, encaminha à Coordenadora de Conservação Thays Zugliani o Parecer nº25, tratando de embargo administrativo às obras do Forte do Castelo. O Parecer aponta “irregularidades conceituais no projeto que, caso executado, acarretarão séria descaracterização dos valores que se procuraram acautelar com o tombamento federal do bem.” No citado Parecer, o historiador Adler Castro e o arquiteto Antonio Montalvo apontam as seguintes propostas como inaceitáveis:

a) O talude proposto para o fosso é incoerente com a função defensiva do forte; portanto, implica em releitura equivocada do bem, quando analisada à luz da história da Arquitetura militar (Figura 3a); b) A proposta de criação de um espelho d’ água no fosso, que nunca existiu e não é típico das escolas portuguesas e francesas de proteção da fortificação (considerado como um falso histórico); c) A proposta de construção de elementos sem função justificada “como as pequenas meias-luas colocadas próximas à ponte levadiça” (Figura 3b); d) Decisão de reconstruir os parapeitos da parte baixa, o que implicaria na escolha de um dado momento histórico em detrimento de outro posterior.



Figura 3: a) Fosso com a presença de talude; b) meia-lua metálica.

Fonte: Alexandre Bastos, 2008

Segundo a “Memória para Intervenção na Bateria do Castelo”, documento elaborado pela SECULT, a partir de pesquisa histórica elaborada pelo IPHAN, na Seção 7: A proposta indica a retirada parcial do muro, justificando que o mesmo não existia quando o edifício era uma fortaleza, pois cegava o campo de tiro da defesa.

Quanto à retirada do revestimento das muralhas do Forte, o arquiteto Cyro Lyra, em documento de 16 de maio de 2001, encaminhado à Superintendente Regional do IPHAN, expressa preocupação com “o paramento da muralha, totalmente despido de seu revestimento”. Tendo participado da restauração de outros Fortes no Brasil, Lyra ainda afirma que as muralhas sempre

foram revestidas, e pede que seja refeito urgentemente o revestimento com argamassa compatível com o material de suporte. Em Memorando do DEPROT/RJ nº027/2002, expedido em 7 de janeiro de 2002, o historiador Adler Castro reitera a preocupação de Lyra com a integridade das muralhas descobertas e assinala a descoberta da bateria baixa situada no canto Noroeste da posição, e, ao analisar os autos do processo e os relatórios da pesquisa arqueológica referentes às intervenções no Forte, aponta que o projeto encaminhado pela SECULT encontra-se irremediavelmente comprometido, pois os trabalhos de pesquisa arqueológica apresentados apresentaram fatos novos que inviabilizam a aprovação do projeto, pelo menos considerando o material que hoje existe no IPHAN.

Em 5 de dezembro de 2002, chegou ao fim a disputa judicial entre Prefeitura e Governo do Estado na Justiça Federal com a cassação da liminar que impedia a derrubada do muro (Figura 4 a e b). À noite, a empreiteira responsável pela obra, acompanhada de perto pelo Secretário de Cultura, concretizou a derrubada. A Procuradoria do Estado justificou a retirada alegando que o muro não integrava a construção original e pelo posicionamento contraditório do IPHAN em relação à conservação do muro. A desembargadora Selene Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª região, em Brasília, que julgou o processo, avalia que “o muro é velho, mas não histórico.”.

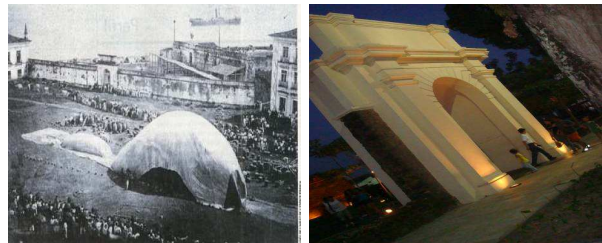


Figura 4: a) Vista do forte ainda com a presença do muro, em 1884; b) Vista do pântico já sem a presença do muro, em 2008.

Fonte: Fonte: Scientific american Brazil, 2003 / Alexandre Bastos, 2008

O presidente em exercício da FUMBEL (Fundação Cultural do Município de Belém), Aloysio Guapindaia, em artigo publicado no mesmo dia, discute a importância do muro. Cita o parecer do Superintendente da 2ª Coordenadoria Regional do IPHAN, o historiador Luiz Severino da Silva Jr., o qual reitera o valor do muro como parte integrante do conjunto do Forte e que, após o início das demolições, observou-se sua composição em alvenaria de pedra, barro e cal de sernambi, o que amparava a decisão de não eliminá-lo. Também a

FUMBEL pede que seja revisto o projeto, no sentido de reconstituir o reboco das muralhas e não demolir o muro. Como bem de preservação arquitetônica integral, de competência legal da FUMBEL e do IPHAN, o processo de intervenção no Forte foi embargado. Sendo concretizada a retirada do muro, o Complexo foi inaugurado em 25 de dezembro de 2002 (MIRANDA, 2006).

O sentimento da população referente ao Complexo Feliz Lusitânia: Através de pesquisa realizada no Complexo Feliz Lusitânia durante o período de 14 a 21 de março de 2004, em diversos horários, pelo grupo de pesquisa “Cidade, Aldeia e Patrimônio do Laboratório de Antropologia da UFPA”, pode-se avaliar o sentimento que a população freqüentadora do Complexo tem a respeito deste projeto. O perfil dos 127 entrevistados abrangeu desde crianças até pessoas com mais de 60 anos, sendo que a maioria dos entrevistados possui entre 21 e 35 anos, é morador dos bairros da 1ª légua patrimonial de Belém, sendo freqüentadores relativamente assíduos do local, que utilizam o Complexo a passeio.

As impressões sobre o local são bastante positivas, destacando-se a paz, a vista da Baía, a segurança como qualidades mais apreciadas pelos visitantes. Alguns jovens, contudo, reclamam dos excessos dos guardas que não permitem namoro nos bancos e seguem apitando a qualquer movimento em falso. A maioria dos entrevistados não freqüentava o local antes da restauração, e só após a reforma passou a valorizá-lo como vista para o rio e referencial histórico da cidade de Belém. Os belenenses sentem orgulho de ter um lugar bonito para mostrar aos visitantes. O maior volume de visitantes se encontra nas partes externas, sendo que muitos jovens que visitaram os museus foram levados pelas escolas. Os que nunca entraram alegam o preço alto dos ingressos para visitar todos os espaços de exposição, outros desconhecem o que há de interessante para ser visto. Alguns reclamam por mais sombra, mais bancos para sentar, telefones públicos, sinalização, coberturas para se abrigar da chuva. Uma visitante chegou a dizer que é preciso ajeitar o muro do forte, pois assim está muito feio. Muitos ficam maravilhados com a limpeza e o controle. Outros se ressentem de que as reformas não trouxeram o local à sua forma original "(...) pois se confundem traços coloniais com os contemporâneos, formas orgânicas e geométricas, desvalorizando um pouco nossa identidade de ocupação territorial da época".

O movimento noturno na sexta-feira nota-se bastante intenso, tanto na área do Complexo quanto nos bares em volta, sendo freqüentado por casais e jovens. Um aspecto observado foi o

aumento no número de ambulantes, em especial os vendedores de coco, que passaram a se instalar na Praça Frei Caetano Brandão após a reforma do Complexo. Isso se justifica pelo significativo volume de freqüentadores do espaço restaurado. Domingo pela manhã, o público era composto de família com crianças e pessoas que aproveitam o espaço para aguardar a partida das embarcações que partem dos portos adjacentes.

Conclusão

A polêmica gerada em torno da derrubada do muro do forte do castelo leva a inúmeros questionamentos, entre eles, qual a maneira correta de restaurar.

Deve-se eliminar toda e qualquer interferência posterior à edificação original? Entretanto, isto por si só, é praticamente impossível, pois o Forte foi construído inicialmente de madeira (tendo então a denominação de Forte do Presépio), sofrendo reformas no século XVIII que o reconstruíram em taipa. Na época da Cabanagem (1835-1838), encontrava-se em ruínas, sendo reconstruído 15 anos depois, só então adquirindo as feições atuais e o nome Forte do Castelo de Santo Christóvão. Daí surge outro questionamento, o que seria então realmente original?

MENESES (2004) afirma que a preservação que procura restaurar uma “origem” é ilusório, pois história não quer dizer necessariamente a origem, e sim muitas vezes o processo de transformação que um objeto passa. MENESES (2004) cita ainda Alois Riegl, onde este enfatiza a importância de se conservar todas as marcas da idade. Possuindo mais de 100 anos, e fazendo parte das transformações sofridas por uma cidade, este muro deve ser considerado apenas velho, ou seria também histórico?

Se tivesse sido levada em consideração a Carta de Veneza, no Art. 11, onde diz que “as contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é objetivo a alcançar no curso de uma restauração. [...] O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ou não ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.”; talvez hoje o muro ainda fizesse parte do edifício.

Por outro lado, a carta de Atenas (1933), diz que devem ser salvaguardadas as obras que se mantenham vivas, e que não sirvam de obstáculos para o interesse (progresso) da cidade. E é consenso comum que o espaço do Forte do Castelo, após a eliminação do muro, ampliou a possibilidade de interação entre a população e suas referências históricas primordiais, a construída (o Forte) e a natural (o rio).

Considerar o juízo de valor na escolha das contribuições tidas como válidas deve ser objeto de discussão entre diversos setores da sociedade, tanto de especialistas – arquitetos, restauradores, historiadores, antropólogos, arqueólogos – quanto de segmentos da sociedade civil. Como questões que envolvem memória e valor artístico são bastante controversas, uma conclusão deve estar respaldada em ampla discussão pública. Como ler um espaço que, ao ser construído através de várias etapas da história, se modificou no seu aspecto físico e na maneira de ser utilizado pelos cidadãos?

É consenso, para que se mantenha vivo, que um conjunto edificado deva ser refuncionalizado de acordo com as necessidades contemporâneas, pois a história se faz com esquecimento e rememoração, destruição e reconstrução. A permanência de um bem material para a sociedade na qual ele conseguiu sobreviver depende da leitura que fazemos de sua importância, não só do que representou no passado, mas do que representa hoje sua existência para a memória das gerações presentes, sendo difícil prever se resistirá no futuro.

Todos esses questionamentos devem ser feitos (e respondidos) por todos da sociedade, pois o patrimônio histórico e cultural é um bem comum, sendo de obrigação tanto do governo quanto de todos os cidadãos a sua salvaguarda.

Referências

BASTOS Lia S. Casario de Tv. Marquês de Pombal: Resgate das linhas originais e revitalização com identificação de fachadas azulejadas. Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo, Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2004.

Carta de Atenas – Sobre Salvaguarda de Monumentos, 1933.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina R. *Fundamentos do Turismo*. Ed. Alínea. 2004.

ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). **Carta de Burra**, Austrália, 1980. In: Caderno de Documentos: Cartas Patrimoniais, IPHAN, Brasília, 1995.

ICOMOS. Carta de Veneza. In: II Congresso dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1966.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora da UNICAMP. Campinas. 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Preservação de acervos contemporâneos: problemas conceituais*. In: Ajzenberg, Elza. (Org.). Arteconhecimento. 1a. ed. São Paulo: MMAC/USP/PPG Interunidades em Estética e História da Arte, 2004, p. 99-109.

MIRANDA, Cybelle S. *Cidade Velha e Feliz Lusitânia: Cenários do Patrimônio Cultural em Belém*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006.

TRIGO, Luiz G. G. *Turismo e Qualidade, tendências contemporâneas*. Ed. Papyrus. 2003.

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Recomendação de Nairobi, 1976.

VERGOLINO, Paulo L. G. *O Renascimento dos Museus no Norte do País*. Revista Museu. Em: <http://www.revistamuseu.com.br//naestrada/naestrada.asp?id=1697>, acesso em: 01/12/2008.

_____. Secretaria Executiva de Cultura. *Projeto Feliz Lusitânia – Conjunto Urbanístico e Paisagístico do Núcleo Histórico inaugural de Belém*. Belém, Anexos I-VII. 2001.